

SEIS PASSOS NA PERIFERIA REFLEXÕES SOBRE A EUROPA DO CONHECIMENTO

V Simpósio Galaico-Português de Filosofia,
Monção, Casa Museu de Monção, 7 e 8 de Maio de 2004

J. M. Curado
(Universidade do Minho)

A Estratégia de Lisboa de 2000 é um projecto com grandeza. Esta grandeza só tem paralelos nos grandes eventos da construção europeia desde o Tratado de Roma de 1957, algo como o Acto Único, ou o Horizonte 1992. Se a Estratégia de Lisboa se concretizar, a União passará a ser um espaço económico de pleno emprego e com o maior nível de atracção científica do planeta. Os estudantes asiáticos e sul-americanos desejarão obter os seus graus académicos na Europa e o número de estudantes norte-americanos a estudar na Europa também aumentará muito.

Este cenário toma como pontos de referência os dois principais competidores económicos da Europa: os Estados Unidos e o Japão. A extraordinária aposta de desenvolvimento que a União fez em Lisboa associa a obtenção do primeiro lugar em desempenho económico ao papel do conhecimento teórico e aplicado nas sociedades contemporâneas. Como esse conhecimento é uma das garantias do desenvolvimento sustentável, em que a preocupação pelo ambiente é respeitada e tomada como ponto de referência, o objectivo que a União se propôs em Lisboa é notável.

Em Lisboa foi definido o objectivo de tornar a União «a economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social». Este objectivo foi reforçado pelo Conselho Europeu de Barcelona que acordou que o investimento em investigação e desenvolvimento tecnológico na EU deve ser aumentado até 3% do PIB até 2010, quando em 2000 esse valor era de cerca de 1,9%.

Este valor numérico não é por muito significativo e não diz muito à maioria dos cidadãos da União. Todavia, a obtenção deste valor depende da realização de um conjunto de condições louváveis, nomeadamente a existência de recursos humanos altamente qualificados, investigação científica feita por organismos públicos, espírito empresarial dinâmico, direito de propriedade intelectual forte, regras de concorrência

propícias à investigação, estabilidade macroeconómica e condições fiscais favoráveis. Cada uma destas condições é, como afirmei, louvável. Que se tenham reunido para a realização de um objectivo maior é motivo de grande entusiasmo.

É difícil encontrar argumentos contra os objectivos apresentados pela Estratégia de Lisboa. Não são excessivos. Este objectivo não é utópico e uma boa forma de perceber isso é reparar que alguns países da União já alcançaram o nível dos 3% (a Suécia, com uns espantosos 3,8%, e a Finlândia, com 3,4%) e outros, como a Alemanha, estão no prestigioso nível dos 2,5%. Parte do problema europeu é o de aumentar o número destes bons exemplos por toda a União, sobretudo nos Estados do Sul, em que o valor é de cerca de 1% ou, até, menos do que isso. Seria, aliás, possível encontrar parâmetros em que a União ultrapassou os Estados Unidos e o Japão, no que aos detalhes da Europa do Conhecimento diz respeito.

O que é mais notável nos quatro anos que nos apartam de Lisboa é a dificuldade manifesta em realizar a agenda proposta e o facto, conseqüente deste, de muitos documentos em que se avalia a realização efectiva da agenda serem muito críticos a respeito da feliz realização final do que foi proposto. Apesar de a Estratégia de Lisboa ser um objectivo que rivaliza em grandeza com os grandes marcos da história da construção europeia recente, parece que não tem o impacto público de eventos passados ou, até mesmo, recentes, como o sucesso da introdução do euro.

Não existe uma atmosfera pública de entusiasmo dos cidadãos a respeito da Europa do Conhecimento. Esta situação é tanto mais surpreendente quanto o disposto em Lisboa, e reforçado em Barcelona, em 2002, prevê intervenções em muitas áreas da vida quotidiana em suporte da economia baseada no conhecimento. Estas intervenções incluem mercados financeiros, redes de alto débito, formação profissional, ensino superior, agências de investigação, difusão pública dos resultados da ciência, etc. O número impressionante de intervenções descritas nos documentos da Comissão transmite a ideia de que boa parte da população europeia compreende o estabelecido em Lisboa ou, pelo menos, já ouviu falar do objectivo para 2010. Não é este o caso. E é surpreendente que assim seja, tendo em atenção o volume de dinheiro envolvido no projecto, tendo em atenção o número de intervenções que materializam o projecto e, sobretudo, tendo em atenção a bondade do próprio objectivo final.

O que se segue é uma tentativa de identificação das principais fragilidades do desenrolar da agenda de Lisboa nos últimos quatro anos. Que fique claro que esta

identificação de aspectos menos correctos só é feita porque o objectivo de Lisboa me parece notável e merecedor da máxima atenção.

A pergunta é, pois, o que não está a correr bem com a Agenda de Lisboa? Tomo como matriz deste diagnóstico o que nos últimos anos, desde a investigação original do psicólogo social americano Stanley Milgram, tem sido feito para compreender como os seres humanos e as sociedades se ligam entre si. Os já proverbiais seis passos que separam qualquer ser humano do planeta de qualquer outro ser humano escolhido aleatoriamente são uma boa imagem de como no mundo contemporâneo a noção de periferia se diluiu e de como a noção de centro perdeu. O que substituiu estas noções clássicas da organização do espaço humano? Bem, resumindo muito rapidamente a linha rica de investigação que vai de Milgram, por Granovetter, até Duncan Watts, o que substitui estas noções é o ponto de vista de que os centros são inventados e criados pelas periferias.

Argumentando desde uma efectiva periferia europeia (este mesmo sítio: Monção), atrevo-me a conjecturar que a principal razão do aparente insucesso da Estratégia de Lisboa se deve ao facto de a noção de centro que toma como referência ser a clássica. Neste caso, o centro Bruxelas procura determinar o que a periferia europeia (tudo o que não é Bruxelas) deverá fazer. Bruxelas surpreende-se pela enorme dificuldade de criar na Europa uma economia de Silicon Valley («Há ... poucos casos de sucesso com tentativas europeias para reproduzir as realizações de Silicon Valley») e não se apercebe de que uma economia competitiva baseada no conhecimento é uma ordem de coisas tão forte que reorganiza relações de poder dentro dos estados. Se não fosse um manifesto exagero, diríamos que é Silicon Valley que inventa nos nossos dias o que Washington faz, e não o contrário. (Talvez este ponto tivesse sido mais claro na anterior Administração americana.)

Alguns relatórios da RAND CORPORATION e de outros organismos norte-americanos são muitos críticos sobre o estado da cultura científica americana. Esta é uma poderosa ironia da situação europeia. A Europa toma os Estados Unidos como modelo, enquanto que os Estados Unidos diagnosticam feridas internas na sua própria economia do conhecimento. Como os Estados Unidos não têm, ao que parece, modelo a seguir e têm de inventar as soluções aos problemas que encontram, é importante ver o que está a ser feito para tratar dessas feridas do conhecimento.

Os seis pontos que se seguem afirmados dentro deste espírito de que não é Washington que inventa Silicon Valley mas que é Silicon Valley que influencia o que

Washington pode ou não fazer. É provável que o que começa por influenciar conduza no futuro a uma determinação mais vasta. A periferia inventará o centro, e é isso que a Agenda de Lisboa procura alcançar.

Estes seis pontos, ou passos, nem sempre coincidem com o diagnóstico que a Comissão faz da falta de sucesso na realização da Agenda de Lisboa. Para Bruxelas, isso deve-se a uma «série de barreiras relacionadas... com recursos humanos, acesso a fontes externas de financiamento e infra-estruturas locais adequadas, difusão de conhecimentos na EU e criação e expansão de empresas de base tecnológica». Subscrevemos a importância atribuída a alguns destes pontos mas pensamos que o diagnóstico coloca a ênfase, de um modo geral, em aspectos secundários do problema.

São, pois, os seguintes os passos que propomos. Os três primeiros são os mais críticos; os três segundos concordam com o diagnóstico feito pelos serviços da Comissão.

O EXCESSO DE CENTRALISMO

Em boa parte dos documentos em que nestes quatro anos a agenda de Lisboa foi avaliada pelas instituições comunitárias a palavra mais usada é a de ‘coordenação’. A utilização excessiva deste termo revela, do nosso ponto de vista, a principal razão por que a realização do objectivo de Lisboa e de Barcelona é tão insuficiente. Mais de 80% do desfasamento em I&D entre a UE e os USA deve-se ao facto de que o investimento em I&D feito pelo sector privado ser diminuto. O objectivo é o de que dois terços do investimento em I&D derivem do sector privado. É difícil acreditar que um objectivo estratégico que coloca uma ênfase tão grande na coordenação seja bem sucedido.

A dinâmica empresarial é das partes do tecido social que menos se presta à coordenação. O espírito empresarial procura, aliás, vantagens a partir da *falta* de coordenação. Os negócios não são tão proveitosos quanto tudo está excessivamente bem coordenado. A coordenação não é, além disso, um almoço grátis. A coordenação *custa* e é improvável que um exército de burocratas coordenadores em Bruxelas justifique o preço que custa. Este argumento é tanto mais forte quanto o assunto é o da I&D. A ciência tem inúmeros fóruns em que debate os seus resultados. O mesmo com a actividade empresarial.

Não se percebe, pois, o excesso de ênfase nas actividades de coordenação. Olhando para o assunto do ponto de vista da República Portuguesa, a coordenação

lembra um dos maiores pesadelos da história da economia portuguesa, o Tratado de Methuen entre Portugal e a Inglaterra. A justificação racional deste Tratado foi, como se sabe, o argumento das vantagens comparativas da então jovem ciência económica. A Inglaterra tem uma vantagem comparativa na produção de mercadorias industriais e Portugal tem uma vantagem comparativa na produção de bens agrícolas. Como é racional investir nas vantagens comparativas que se têm, esse Tratado foi assinado. É improvável que um argumento racional abstracto como o das vantagens comparativas possa adequar-se à complexidade nas sociedades. Do nosso ponto de vista, isso não aconteceu com Methuen e é improvável que aconteça com a Agenda de Lisboa.

O excesso de coordenação indica que o desejo da União é o de aplicar em grande escala versões do argumento das vantagens comparativas. Como o assunto é a Ciência e a Actividade Empresarial, o prognóstico é o de uma realização diminuta do objectivo magnífico que a União se colocou a si mesma em 2000.

FALTA DE “GRANDES TRABALHOS” COM EFEITOS MULTIPLICADORES

Os relatórios produzidos nestes quatro anos mencionam o “efeito alavanca” que o apoio do governo dos USA à I&D empresarial constituiu. Esta referência não pode deixar de ser feita, obviamente, devido à sua grande inteligência. Este paralelo norte-americano é tanto mais espantoso quanto indica claramente uma das principais razões para que a União tenha tanta dificuldade em alcançar os USA em I&D. A preocupação pela racionalidade do investimento público europeu faz com que não sejam propostos Grandes Trabalhos de investigação para as agências europeias de investigação. Por Grandes Trabalhos queremos mesmo dizer Grandes Trabalhos. O investimento americano nos projectos da NASA, em aceleradores de partículas e noutras áreas de investigação fundamental pode parecer pouco racional. Sabe-se, contudo, que cada dólar aí investido teve e continua a ter extraordinários efeitos multiplicadores na economia americana. Boa parte das tecnologias do conhecimento mais notáveis das últimas décadas derivam directamente dos Grandes Trabalhos americanos.

O tecido empresarial americano é fortemente incentivado pelo estímulo que é dado à investigação fundamental. As redes de alto débito de transmissão de informação e o apoio a agências europeias de investigação (ESO, CERN, etc) são o que mais se aproxima desses Grandes Trabalhos. Todavia, a nosso ver, não há nenhuma investigação fundamental na Europa que possa rivalizar com o trabalho das agências

americanas desde, pelo menos, os anos sessenta (talvez a melhor data de referência seja a da pequena humilhação que os americanos sentiram devido ao Sputnik). Talvez a construção de um acelerador de partículas muito superior ao do CERN pudesse ser um estímulo à indústria e às universidades europeias. Um pequeno número de projectos de grande magnitude poderá contrabalançar o ascendente americano em investigação fundamental e em aplicações industriais e comerciais dessa investigação.

ENSINO SECUNDÁRIO

O calcanhar de Aquiles de todo o projecto parece ser uma peça do puzzle que *não* é a mais complicada: o ensino secundário. É manifestamente difícil defender este ponto do diagnóstico que aqui fazemos da fragilidade dos mecanismos que têm sido propostos para realizar Lisboa. Fique, porém, desde já claro que este aspecto já foi notado em algumas comunicações notáveis da Comissão, como o Plano de Acção Ciência e Sociedade, de 2001, e, de forma mais exaustiva, o documento “Educação & Formação para 2010”. É difícil defender este ponto devido à razão óbvia que o assunto I&D aponta automaticamente para as universidades e para os grandes institutos de investigação públicos e privados. É verdade que Manuel Castells defendeu que a fonte do poder americano está nas suas universidades. Mas não teria sido excessivo acrescentar que também está na cultura pública fortíssima das suas *highschools*. Um caso idêntico de excelência no ensino secundário pode ser defendido a propósito do Japão.

Os relatórios da Comissão diagnosticam a falta de uma massa crítica de cidadãos com formação e educação adequados à Europa do Conhecimento mas o que propõem como solução é manifestamente decorativo. É tão decorativo que, do nosso ponto de vista, até viola o princípio da subsidiariedade. Porquê? Porque o que é proposto pode ser perfeitamente realizado pelos estados e é enigmático que estes estados não o façam em quantidade suficiente. Projectos como o português Ciência Viva são louváveis, mas não se percebem dois aspectos: o primeiro é o de por que razão a União perde tempo com projectos que o Estado Português pode promover; o segundo é o de que o apoio à manifestação pública da ciência é estranhíssimo. Então não é competência dos sistemas de ensino secundário tratar desse assunto? Pode-se com racionalidade conceber que se saia de um sistema educativo de doze anos sem uma grande sensibilidade à ciência? A resposta à primeira questão é Sim e à segunda questão é Não. Não existe, de facto, no

espaço europeu um grande nível de exigência no ensino secundário nem, aliás, de entusiasmo pelo assunto. *O sentimento dominante é o de que a batalha já está perdida nesse campo.* É óbvio que existe na União ensino secundário de excelência mas também é óbvio que a regra geral é outra. O caso português não pode ser generalizado à União mas é, todavia, sintomático. Os primeiros anos da universidade são muitas vezes ocupados com competências que já deveriam ter sido adquiridas, como em matemática, em línguas estrangeiras e em informática. O abandono escolar é, também, elevadíssimo e a República Portuguesa é um dos infelizes recordistas europeus desse assunto. A nossa conjectura é a de que a Europa do Conhecimento se decide também neste nível de ensino.

A CULTURA PÚBLICA DA CIÊNCIA

A cultura pública da ciência na União é deficiente, como se afirmou. Este é, contudo, um dos aspectos em que o diagnóstico é mais acertado e em que as medidas propostas são mais adequadas. Contudo, em documentos como o Plano de Acção Ciência e Sociedade é difícil reconhecer qualquer necessidade de intervenção comunitária. Talvez a excepção a este panorama seja o reforço dos aspectos éticos da investigação, resultado que, obviamente, não pode ser deixado ao critério de cada estado. As propostas para que os cidadãos europeus se familiarizem com a ciência são, objectivamente, boas (projectos como o Alpha-Galileo, o festival europeu do filme científico, o programa MEDIA Plus, produção de documentários televisivos, a rede ECSITE ou European Collaborative for Science, Industry and Technology Exhibitions, Semana Europeia da Ciência e da Tecnologia, etc.); mas não se percebe que sejam assuntos supranacionais.

O princípio da subsidiariedade parece que está presente no texto da lei para evitar susceptibilidades nacionalistas e para afastar os fantasmas de um estado federal quando, de facto, não é neste caso minimamente respeitado.

Por que razão o projecto português Ciência Viva é um assunto da União? É de elementar competência dos estados promoverem actividades semelhantes a essa. Esta situação é um sinal de uma tendência mais grave que é a dos estados esperarem para ver qual é a moda comunitária para decidirem fazer algo concreto. Os relatórios da Comissão diagnosticam muitas vezes que na realização da Agenda de Lisboa não se verifica uma participação suficiente dos estados e dos organismos regionais. Este

diagnóstico é notável e verdadeiro. Porém, o diagnóstico não identifica a razão devido à qual isso acontece. Qual é essa razão? Falando em dois registos, no registo legal isso acontece porque o princípio da subsidiariedade é mais formal do que realista. Os indivíduos, empresas, organizações, regiões e estados revelam falta de iniciativa e criatividade e valorizam fortemente o auxílio comunitário, sobretudo o auxílio financeiro. Um dos aspectos mais negativos da coisa boa que é a Europa do Conhecimento é o de contribuir para aumentar o desrespeito pelo princípio (quase sagrado, porque constitutivo) da subsidiariedade.

No registo quotidiano isso acontece porque os investimentos em tecnologias do conhecimento são onerosos. Não é economicamente racional, por exemplo, investir numa especificação técnica se depois surgir uma norma comunitária que condene ao fracasso o que já se fez anteriormente. Se multiplicarmos milhares de vezes estas situações, a tendência é a de parar para ver o que Bruxelas ou as reuniões do Conselho determinarão que se faça.

A apreciação das tendências dos mercados é um aspecto importantíssimo da criatividade tecnológica. O problema é que na Europa a fonte de algumas das tendências é também a fonte dos financiamentos. O resultado é dramático: a criatividade científica, técnica e empresarial europeia tende a diminuir em comparação com a norte-americana precisamente porque a União é um agente importante na determinação do que vai ser feito na Europa. Nos USA a fonte de financiamento está mais afastada do tecido universitário e empresarial. O financiamento parece não constituir uma influência negativa sobre a criatividade. O mesmo não pode ser dito, paradoxalmente, do importante financiamento europeu. O que se pode fazer? O nosso conselho é o de que o princípio de subsidiariedade seja respeitado e o de que os estados deveriam fazer mais sem esperar as determinações da União. É surpreendente que se apresente como objectivo prioritário as «Matemáticas, ciências e tecnologias». É claro que é prioritário, mas o que é que os estados têm andado a fazer nas suas políticas de educação?

UNIFORMIZAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

A uniformização não é garantia absoluta de desenvolvimento maior. Este ponto é especialmente verdadeiro quando é o ensino superior que está em causa. As universidades são um dos principais operadores do projecto da Europa do Conhecimento. Penso, sinceramente, que Bolonha ofende as tradições nacionais de

ensino superior. O argumento a favor de Bolonha é o de que a mobilidade dos elementos do ensino superior constituirá um incentivo ao desenvolvimento da ciência e permitirá criar um Mercado Interno de Investigação. Pelo facto de o original Mercado Interno ter sido uma boa ideia, não se segue daí que o mesmo aconteça com as universidades. Noutros assuntos, este ponto é fácil de verificar. A Europa não fica mais rica se a cor dos táxis de Londres for a mesma que a cor dos táxis no Continente. Pelo contrário, penso que ficará mais pobre. A uniformização das leis do ensino superior é, do nosso ponto de vista, um empobrecimento.

O *motto* pode ser dado com o exemplo do doutoramento. Existem países em que o sentido do PhD é mais rico do que o que é proposto para as universidades europeias. A uniformidade será uma perda de diversidade preciosa. Por outro lado, o ponto de vista dos agentes económicos é importante na reflexão sobre a tendência uniformizadora que a Europa do Conhecimento. A ideia de patente comunitária é boa, tal como o aumento dos processos de normalização técnica. Não é fácil ter ideias claras sobre a fronteira entre o excesso e o defeito no processo de normalização. Do nosso ponto de vista, este é dos assuntos menos claros do Projecto para 2010. Há sinais de perigo em alguns assuntos mas também há sinais de benefícios em muitos outros.

O DEFEITO DA VIRTUDE

O último ponto que gostaria de analisar na antevisão de uma economia baseada no conhecimento é o do defeito da virtude. Esta designação é deliberadamente paradoxal, é óbvio. O que quero dizer é que o projecto da Europa do Conhecimento é manifestamente uma coisa boa mas a experiência das coisas boas na história das sociedades humanas faz com que muitas vezes o preço que se paga por elas seja demasiado elevado.

O paradigma do que quero dizer reside nas mortes causadas por *excesso* de serviços médicos e de meios auxiliares de diagnóstico e terapia. Como todos sabem, um modo de os médicos americanos se protegerem de leis que punem fortemente a negligência, é serem profissionais *demasiado bons*. O excesso de profissionalismo revela-se, por exemplo, em receitar vários raios X quando um seria suficiente. O feito agregado de boas práticas é terrível. Calcula-se que 200.000 pessoas morrem por ano nos USA por excesso de cuidados médicos.

A Europa do Conhecimento tem uma boa publicidade e tudo parece demasiado bom para ser verdade, tanto mais que um dos motores do investimento americano em I&D, a investigação militar, não tem ênfase na Europa do Conhecimento. A realização da Agenda de Lisboa não se apoia em aspectos menos bons do conhecimento. Esta é, do meu ponto de vista, a zona do problema em que os filósofos têm qualquer coisa a dizer num projecto que parece ser sobretudo económico e político. O que podem, pois, eles dizer? Descobrir a fragilidade da grandeza não é tarefa fácil.

As perguntas podem, contudo, ser formuladas com clareza: Qual o preço da Europa do Conhecimento? Em que é que a Europa ficará pior mesmo que o objectivo de Lisboa seja realizado? Quando a maior preocupação de um projecto é a sua falta de realização, reflectir sobre o que acontecerá depois da realização plena do projecto parece ser uma actividade absurda. Penso que não. É, aliás, possível, encontrar muitos paralelos para esta reflexão. (Penso, por exemplo, no ensaio famoso de J. Maynard Keynes sobre as *Economic Possibilities of Our Grandchildren*, em que, escrevendo em anos de depressão, foi capaz de pensar para além do estado do mundo com que se confrontava na data em que escrevia.) Robertson, em *The New Renaissance*, faz o diagnóstico cultural de que os novos meios técnicos do conhecimento irão produzir, precisamente, um Novo Renascimento.

Tomando esta lição como verdadeira, esta é uma forma simpática de olhar para o futuro da Europa: está à vista uma segunda Idade de Ouro. Pode ser. Contudo, tomando a parte pelo todo, se se reparar que uma pequena parte da Europa do Conhecimento pressupõe o desenvolvimento das redes de computadores, o pequeno passado deste assunto (um pouco mais de uma década de impacto público, depois da invenção do interface WWW, no CERN) não augura nada de bom. A rede mundial de computadores ofereceu, obviamente, bens extraordinários mas não nos olvidemos do conjunto vasto de novas formas de crime que possibilitou.

Os grandes projectos colectivos não acabam devido aos custos associados. A racionalidade política tende a considerá-los como custos razoáveis. Como na Europa do Conhecimento se trata disso mesmo, conhecimento, estamos numa situação perigosa. O conhecimento é uma matéria perigosa e faz muita diferença na vida. O problema é tanto maior quanto no caso em apreço nos defrontamos com uma impossibilidade de pensar em alternativas de desenvolvimento. Quando um projecto é bom e não se pode pensar em alternativas razoáveis, o mais provável é que o bom se torne excessivo. Neste caso, como também foi de conhecimento que se tratou no *Génesis*, eu aconselho a que desta

vez não se coma do fruto da segunda Árvore do Conhecimento. Já sabemos o que se passou quando comemos os frutos dessa Árvore.

Talvez seja sinal de sabedoria não realizar *suficientemente* bem a Agenda de Lisboa. Deste ponto de vista, devemos reler os relatórios que lamentam a falta de execução do projecto como tesouros de boas notícias. É assim que os interpreto.

Muito obrigado.

Referências / References

Comissão, *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, Plano de Acção: Ciência e Sociedade*, Bruxelas, 4-12-2001, COM (2001)714.

Comissão, *Comunicação da Comissão ao Conselho Europeu da Primavera em Barcelona, A Estratégia de Lisboa – Acontecer a Mudança*, Bruxelas, 15-1-2002, COM (2002)14.

Comissão, *Mais Investigação na Europa. Objectivo: 3% do PIB*, Bruxelas, 11-9-2002, COM (2002)499.

Comissão, *Espaço Europeu da Investigação: uma Nova Dinâmica. Reforço, reorientação e abertura de novas perspectivas*, Bruxelas, 16-10-2002, COM (2002)565

Comissão, *“Educação e Formação para 2010”. A urgência das reformas necessárias para o sucesso da Estratégia de Lisboa*, Bruxelas, 11-11-2003, COM (2003)685.

Agradecimentos /Acknowledgements

Agradeço ao Professor Acílio Estanqueiro Rocha o convite para esta conferência, bem como a inolvidável hospitalidade em Monção.

Resumo

Este ensaio procura identificar as razões devido às quais a Agenda de Lisboa não tem sido bem sucedida. São propostas seis linhas de análise: excesso de centralismo, falta de Grandes Trabalhos de investigação fundamental, pobreza do ensino secundário europeu, a cultura pública da ciência na Europa, o erro da uniformização, o excesso de sucesso.

Abstract

This paper tries to identify the main reasons that justify the lack of success of the Lisbon Agenda. Six lines of analysis are advanced: excess of centralism, lack of Great Works of fundamental research, poverty of the European highschool or secondary

education system, the public culture of science in Europe, the uniformity mistake, the excess of success.

Palavras-chave

Seis Passos na Periferia, Reflexões sobre a Europa do Conhecimento, Estratégia de Lisboa, Agenda de Lisboa, Stanley Milgram, Granovetter, Duncan Watts, Ciência Viva, ética da investigação, princípio da subsidiariedade, financiamento da ciência, Europa do Conhecimento

Key-words

Six Steps in the Periphery, Reflections about the Europe of Knowledge, Lisbon Strategy, Lisbon Agenda, Stanley Milgram, Granovetter, Duncan Watts, Life Science Program, research ethics, subsidiary principle, finance of science, Europe of Knowledge

O Autor

Professor da Universidade do Minho, Auditor de Defesa Nacional, Doutoramento *cum laude* pela Universidade de Salamanca, Diploma Reconocimiento de Suficiencia Investigadora da Universidade de Salamanca, Mestrado pela Universidade Nova de Lisboa, Licenciatura pela Universidade Católica Portuguesa, de Lisboa. Autor dos livros *O Mito da Tradução Automática* (2000) e *O Problema Duro da Consciência* (2003). Editor, com A. Dinis, do livro *Consciência e Cognição* (2004) e, com Isabel Ramos, do livro *Mente Organizacional* (2005). É o director da revista electrónica científica *Jornal de Ciências Cognitivas*.

The Author

Professor at the University of Minho, Assessor of National Defense and Military Affairs, Doctorate *cum laude* from the University of Salamanca, Diploma Reconocimiento de Suficiencia Investigadora from the University of Salamanca, Master from the New University of Lisbon, Graduation from Portuguese Catholic University. Author of the Books *The Myth of the Automatic Translation* (2000) and *The Hard Problem of Consciousness* (2003). Editor, with A. Dinis, of the book *Consciousness and Cognition* (2004) and, with Isabel Ramos, of the book *Organizational Mind* (2005). It is the director of the scientific e-journal *Journal of Cognitive Sciences*.